

**Habitações, metrópoles e modos de vida.
Por uma reflexão sobre o espaço doméstico contemporâneo.
Marcelo Tramontano. 1997**

como citar este texto:

TRAMONTANO, M. Habitações, metrópoles e modos de vida. Por uma reflexão sobre o espaço doméstico contemporâneo. 3o. Prêmio Jovens Arquitetos, categoria "Ensaio Crítico". São Paulo: Instituto dos Arquitetos do Brasil / Museu da Casa Brasileira, 1997. 210mm x 297mm. 10 p. Ilustr. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>
Acessado em: dd / mm / aaaa

RESUMO

O texto busca identificar, em linhas gerais, as profundas alterações ocorridas tanto no perfil demográfico como nos modos de vida dos habitantes de metrópoles ocidentalizadas, utilizando-se de dados relativos a três delas - São Paulo, Paris e Tóquio - com o objetivo de entender os princípios da evolução recente do desenho de seus espaços domésticos. Parte-se do pressuposto de que o modelo Moderno de habitação, tal como proposto nas primeiras décadas do nosso século por arquitetos europeus, aliado ao modelo burguês oitocentista parisiense - ambos destinados à família nuclear -, tem norteado o projeto da habitação metropolitana até hoje, apesar do surgimento de novos grupos domésticos com comportamentos absolutamente diversificados. Texto premiado no 3o. Prêmio Jovens Arquitetos, na categoria "Ensaio Crítico".

HABITAÇÕES, METRÓPOLES E MODOS DE VIDA

por uma reflexão sobre o
espaço doméstico
contemporâneo

Marcelo Tramontano



Com frequência, o processo de industrialização tem-se associado, na história de diversos países do mundo, à concentração de população em polos industriais, e a profundas mudanças na composição do grupo familiar e nas relações entre seus membros. Filhos legítimos destes acontecimentos, o nascimento de um modo de vida metropolitano, nos séculos 18 e 19, e a afirmação da família nuclear como modelo familiar Moderno vieram substituir um modo de produção anterior, inserido em um modelo econômico que se baseava, sobretudo, na mão-de-obra da família extensa.¹ Este grupo

¹ Tomamos o cuidado de descrever, neste texto, uma parte da história da habitação e dos modos de vida contemplando,

medieval compunha-se de familiares, empregados e aprendizes sob a tutela de um pai-patrão proprietário dos meios de produção, todos morando na casa onde se sobrepõem, em muitos casos, em um único grande cômodo, habitação, local de trabalho e espaço de uso público. “A casa medieval”, sublinha o Professor Witold Rybczynski, “era um lugar público e não privado”.² Contrariamente, a casa da sociedade industrial não mais abriga o espaço de trabalho, e é habitada por pessoas ligadas umas às outras por laços de consangüinidade muito estreitos. O espaço fabril, território por

primeiramente, os casos franceses, japoneses e brasileiros, que nos interessam de maneira especial. As grandes etapas são, em linhas gerais, semelhantes, apesar de terem duração e ocorrerem em momentos, às vezes, bastante distintos. Por exemplo, o grupo familiar extenso, típico da Idade Média, que, no final do século 19, já havia sido substituído, na burguesia parisiense, pela família nuclear, sobreviveu no Japão - na forma do *dozoku* - até o término da Segunda Guerra Mundial, o que torna a história da família nuclear e da habitação ocidentalizada, naquele país, extremamente recente. No Brasil, cujo início da história oficial coincide com as décadas finais da Idade Média européia, a família extensa, responsável pela colonização das áreas rurais, viveu de forma autárquica até ser atraída, alguns séculos mais tarde, para os polos industriais por razões de trabalho, onde também acabou por nuclearizar-se. De qualquer modo, nosso intuito principal nestas linhas introdutórias é o de expor a tendência convergente das maneiras de morar nestas áreas, a partir da chegada dos efeitos da Revolução Industrial inglesa, que incluem a disseminação de informações através dos meios locais de comunicação de massa.

² “The medieval home was a public, not a private place”. Rybczynski, W. *Home - A short history of an idea*. New York: Penguin Books, 1987. p. 26.

excelência masculino e aberto ao público, diferencia-se do espaço doméstico, feminino e privado por oposição, dividido em cômodos que se organizam em zonas, a exemplo da habitação burguesa.

A partir de 1945, a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial estabelece a cultura norte-americana como novo referencial de costumes para toda sociedade mecanizada que se queira moderna, difundida, sobretudo, pelo mais poderoso e mais abrangente meio de comunicação de que se havia tido notícia até então: Hollywood, máquina perfeita na divulgação da maneira de morar americana, que incluía eletrodomésticos, automóvel, o marido no papel do forte, inteligente, lógico, consistente e bem-humorado provedor, e a esposa, no da intuitiva, dependente, sentimental, auto-sacrificada mas sempre satisfeita gerenciadora de uma habitação impecavelmente limpa, agora elevada à categoria de bem de consumo.³

No entanto, à 'nuclearização' da unidade familiar, cujo processo estende-se desde, pelo

³ Nina Leibman, em seu livro "Living-room lectures: the Fifties family in film and television", acrescenta que qualquer personagem que não exibisse estes traços com clareza, ou que adotasse traços do outro sexo, seria visto como um desequilibrado, se fosse um homem, ou como um ser diabólico, se se tratasse de uma mulher. (Citado por Lyons, J. **Leibman's work remembered by colleagues**. Santa Clara University. Internet: http://www-tsc.scu.edu/TSC/95_96/news/copy/11_13/Reading.html

menos, o século 16 até os nossos dias,⁴ seguiu-se seu estilhaçamento, potencializado, na segunda metade do nosso século, quando surgem novos tipos de grupos domésticos: famílias monoparentais, casais *DINKs* - *Double Income No Kids* -, uniões livres - incluindo casais homossexuais -, grupos coabitando sem laços conjugais ou de parentesco entre seus membros, e uma família nuclear renovada, ainda dominante nas estatísticas, mas com um enfraquecimento da autoridade dos pais em benefício de uma maior autonomia de cada um de seus

⁴ Este processo de 'privatização' da vida familiar é dividido *grasso modo* pelo historiador francês Philippe Ariès em tres 'fases', compreendidas entre os séculos 16 e 18, que consistiriam em suas figuras fundamentais: "Primeiro, a busca de um individualismo de costumes, separando o indivíduo do coletivo; em seguida, a multiplicação dos grupos de convivialidade que permitem escapar tanto à multidão quanto à solidão, mais restritos que a comunidade de existência em seu conjunto, a da vila ou do bairro, da condição ou do ofício, porém mais amplas que a família; por fim, a redução da esfera do privado à célula familiar, que se torna sede privilegiada, senão única, do investimento afetivo e do recolhimento íntimo." (Citado por Chartier, R., em **A Comunidade, o Estado e a Família. Trajetórias e Tensões**. in Ariès, Ph., Chartier, R. História da Vida Privada. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 409.) Supomos, ainda, que tal processo, iniciado durante a Idade Média com as separações preliminares entre, de um lado, membros da família do patrão e, de outro, empregados e aprendizes vivendo sob o mesmo teto, tenha atravessado o século 19, reafirmando a opção burguesa de nuclearização da família, e estenda-se até os nossos dias, em direção à individualização extrema: uma sociedade formada, basicamente, por *singles* vivendo sós. Não se trata, certamente, de uma evolução linear, regular e unívoca. Mas, incontestavelmente, longa e dificilmente reversível.

membros. Todos passos em direção a um - aparentemente - novo padrão social: pessoas vivendo sós. As causas desta evolução são inúmeras e, relativamente, recentes. O ano de 1965, por exemplo, tem sido apontado, tanto pelos Censos e Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios brasileiros, como por sociólogos e demógrafos europeus, como o *turning point* da fecundidade.⁵ Considerando dados para a França, a Inglaterra, a Suécia, a Itália, a Alemanha e a Holanda, a demógrafa brasileira Elza Berquó constata que “por volta de 1965, a fecundidade destes seis países variava entre 3,2 e 2,5 filhos por mulher. Em 1970, esta variação cai para 2,5 a 2,0; em 1975, a grande maioria tem sua fecundidade entre 2,0 e 1,5. O ano de 1985 registra valores entre 1,8 e 1,3 filhos por mulher.”⁶ Por trás da queda da fecundidade, encontra-se uma mulher que reivindica, entre outras coisas, um lugar no mercado de trabalho, a liberdade de ter relações sexuais dissociadas da obrigatoriedade católica de procriação, o direito de escolher quando ter - ou não ter - filhos, o direito de separar-se do parceiro - ou parceira - sem ser, por isso, estigmatizada pela sociedade. Esta nova postura feminina, respaldada pela difusão de métodos contraceptivos mais acessíveis e mais

⁵ A taxa de fecundidade é o quociente entre o número de nascidos vivos em população e período dados, e o número de mulheres que já tenham completado o ciclo reprodutivo - entre 15 e 45 anos -, nesta mesma população e período.

⁶ Berquó, E. *A família no século XXI: um enfoque demográfico*, in *Revista Brasileira de Estudos de População*, volume 6, nº 2, julho/dezembro 1989.

eficazes, vai tornar-se passagem obrigatória de qualquer reflexão sobre as alterações nos padrões de comportamento que acabamos herdando dos anos 60. Como resume Berquó, “a queda acentuada da fecundidade, o aumento da longevidade, a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, a liberação sexual, a fragilidade cada vez maior das uniões, o individualismo acentuado, etc, são tendências que vêm atuando no sentido de alterar o tamanho, a estrutura e a função da família.”⁷

É também por volta das décadas de 1950 e 1960 que a informatização começa a dar sinais de um desenvolvimento capaz de permitir-lhe suceder à mecanização. Apenas trinta anos mais tarde, a comunicação à distância vê-se completamente modificada, as noções de deslocamento postas em cheque, enriquecidas com a banalização do conceito de realidade virtual. Diferentemente da sociedade industrial, na qual a população agrupa-se em polos onde está a informação, na emergente sociedade pós-industrial, como tem sido chamada, a informação é que seria levada aos indivíduos, e o lugar onde eles efetivamente se encontram importa pouco. O chamado modo de vida metropolitano propaga-se também através dos meios de telecomunicação, o que contribui, sem dúvida, para o movimento - em curso - de população a partir das grandes cidades do mundo em direção a comunidades menores. São Paulo,

⁷ Berquó, E., *op. cit.*

Paris e Tóquio têm experimentado o chamado efeito *doughnut*, que significa o decréscimo de densidade populacional nas áreas centrais e o aumento de população além de suas fronteiras administrativas. Além disso, em anos recentes, esta tendência vem sendo acompanhada por uma alteração no perfil dos habitantes das cidades: mais e mais pessoas solteiras, jovens profissionais, trabalhadores de escritório e estudantes preferem gastar maiores somas com o aluguel de um apartamento - cuja área é cada vez menor - situado nas áreas centrais das cidades, ao invés de submeterem-se a longos deslocamentos diários em transportes coletivos, vivendo em bairros e subúrbios distantes, longe da vida noturna e do lazer urbano.

○ habitante das grandes cidades do mundo parece assemelhar-se, cada vez mais, aos seus congêneres de outros países, agrupando-se em formatos familiares parecidos, vestindo roupas de desenho semelhante, divertindo-se das mesmas maneiras, degustando os mesmos pratos, equipando suas casas com os mesmos eletrodomésticos, trabalhando em computadores pessoais que se utilizam dos mesmos programas, capazes de ler, em todo o mundo, as informações contidas em um mesmo disquete. Isto significa que, aparentemente impulsionada pela potencialização dos meios de comunicação de massa, uma enorme transformação de hábitos

está em curso, minimizando, inclusive, a influência de culturas locais.

Todos estes fenômenos sugerem a transição do sistema familiar típico da sociedade industrial para o que o historiador japonês Sakae Tsunoyama, especializado em História da Economia, chama de “desintegração da família na sociedade pós-industrial”. “A história do sistema familiar”, diz Tsunoyama, “era uma história da adaptação da família às mudanças da estrutura econômica da sociedade.”⁸ Segundo ele, na sociedade agrícola, um sistema familiar extenso, baseado em laços de consangüinidade, constituiu unidades auto-suficientes em comunidades rurais, nas quais todos os membros da família estavam engajados na produção agrícola. Quase todas as funções sociais, como produção, consumo, suprimento de comida e de combustível, educação, serviço médico e recreação, estavam integradas na família mas fortemente respaldadas pela comunidade. Na sociedade industrial, a família nuclear tornou-se uma unidade social que, contrariamente à família extensa da sociedade agrícola, constitui-se em unidade de consumo e não de produção. O processo de produção transferiu-se para a fábrica, e, enquanto o marido deveria deslocar-se até seu local de trabalho para

⁸ Tsunoyama, S. **The age of the city**, in Cohen, A., Fuku, K. Humanising the city? Social contexts of urban life at the turn of the millenium. Edimburgh: Edimburgh University Press, 1993. P. 33.

ganhar dinheiro, a esposa estava encarregada de tomar conta da casa e dos filhos. Desta maneira, tomou forma o que conhecemos como a divisão sexual de trabalho enquanto padrão social atendendo às demandas da sociedade industrial. As várias funções sociais, antes integradas à família extensa e à comunidade, desintegraram-se durante o processo de industrialização para criar séries de sistemas independentes, como escolas, hospitais, etc. É sobretudo neste sentido que as transformações atualmente em curso são profundas: no ponto em que, equipado com meios mais performáticos de comunicação à distância, o local de trabalho tende a ocupar novamente o espaço da habitação, que deverá alojar um número mínimo de pessoas, talvez - e com, aparentemente, crescente probabilidade - uma única, criando o cenário que abrigará um novo tipo de força de trabalho, completamente fragmentada.

No que concerne o desenho do espaço doméstico para esta população em transformação, o ritmo das inovações tem sido bem mais lento. Paulistanos, parisienses e toquioitas habitam casas e apartamentos cujos espaços tendem a assemelhar-se a tipologias que vão do modelo da habitação burguesa européia do século 19, caracterizado pela trilogia de áreas social, íntima e de serviços, ao arquétipo moderno da habitação-para-todos, com sua uniformidade de soluções em nome de uma suposta democratização das características gerais dos

espaços. Mesmo que agora tendam a habitá-la grupos domésticos cujo perfil difere cada vez mais da família nuclear convencional, e cujos modos de vida apresentam uma diversidade cada vez maior, o desenho dos espaços desta habitação permanece intocado, sob a alegação de que se chegou a resultados projetuais economicamente viáveis, que atendem às principais necessidades de seus moradores.

Os dois modelos foram originalmente concebidos para a família nuclear, em um momento em que esta tipologia familiar surgia como absolutamente dominante. No caso da habitação européia oitocentista burguesa, seu funcionamento dependia da presença de pessoal doméstico, propositalmente separado dos patrões. Quartos de empregados, tanto quanto banheiro e cozinha, eram considerados espaços *de rejeição* e, portanto, relegados aos fundos da moradia. Salas e vestíbulos compunham os espaços *de prestígio* - a face pública da habitação - em oposição aos espaços *de intimidade*, os quartos de dormir do dono da casa e de sua família. Já nas propostas Modernas do primeiro pós-guerra europeu, materializadas exemplarmente nas *siedlungen* patrocinadas pela social-democracia alemã, a cozinha foi trazida dos fundos da casa para, fundida com a sala de estar, tornar-se o espaço privilegiado do convívio entre os membros de uma família nuclear cuja mãe era a principal encarregada das tarefas domésticas. Além

disso, a pouca área útil de cada unidade foi tratada com elementos flexíveis - camas escamoteáveis, mesas dobráveis ou sobre rodízios, portas de correr - procurando viabilizar a meta de um cômodo por pessoa, fosse ele minúsculo.

É verdade que as principais tipologias habitacionais, encontráveis, por exemplo, nas periferias das grandes cidades do mundo inteiro, permanecem aproximadamente as mesmas há décadas. O Movimento Moderno europeu do entre-guerras constituiu o primeiro e único momento em toda a história da Arquitetura em que o desenho e a produção de espaços de morar foram integralmente revistos, analisados de acordo com critérios claramente formulados, cujos resultados nortearam - e ainda norteiam - boa parcela de projetos de Habitação em todo o mundo ocidentalizado. Além disso, tais análises incluíram o projeto da habitação social entre as atribuições do arquiteto, o que, por si, já seria suficiente para assegurar-lhe importância. No entanto, os arquitetos modernos previram uma habitação prototípica, que correspondia a um homem, a uma cidade, a uma paisagem igualmente prototípicas em sua formulação. Criaram um arquétipo, o da habitação-para-todos, ainda que a abrangência das proposições que ele continha tenha sido gradativamente desconsiderada pela lógica técnico-financeira dos empresários da construção, que preferiram apropriar-se apenas de elementos e conceituações

economicamente rentáveis. Para que se tenha uma idéia mais clara do que isto significou, basta lembrar as experiências relativas à flexibilidade do espaço doméstico, por exemplo, iniciadas na França por Perret e reiteradas, mais tarde, por Le Corbusier e Mies Van Der Rohe, e que acabaram sendo abortadas até mesmo no Japão onde, a partir da capitulação de 1945, os espaços multi-uso que sempre caracterizaram a habitação tradicional, através do deslocamento de biombos, *shoji* e *fusuma*⁹, foram substituídos por cômodos estanques, de função definida.

Nos anos 1960, um sopro de ar renovado pareceu reanimar o campo de investigações sobre a Habitação. Proveniente da conservadora Inglaterra, o grupo Archigram alimentou suas reflexões nas fontes das novas tecnologias, da massificação através da imagem mediatizada, do individualismo crescente. Como os Modernos, os membros do Archigram tampouco dissociavam habitação e cidade. O tema da cápsula de habitação, tão caro ao grupo,¹⁰ traduzia-se em um espaço hiper-tecnológico e mínimo a

⁹ Portas com armação de madeira e fechamento em papel na casa tradicional japonesa. Os *shoji* são translúcidos, enquanto que os *fusuma* são opacos.

¹⁰ Projetos como *Plug-in Living Unit*, de W. Chalk, em 1964, *Gasket Capsule*, de Roy Herron e do próprio Chalk, em 1965, e *Cushicle*, de Max Webb, de 1966, este último buscando fundir os conceitos básicos de uma almofada (*Cushion*) e de um veículo (*Vehicle*), discutem o tema do espaço de morar reduzido às dimensões de um único habitante.

serviço do indivíduo, e viu-se abordado em projetos que veiculavam conceitos como a cidade nômade ou a imagem como paisagem do movimento urbano. Ao abrigar apenas funções estritamente individuais e solitárias, a habitação - às vezes reduzida às dimensões de uma grande concha ou de uma mochila - pressupunha uma vida social dispersa através da cidade e do território. O espaço privado, produto do esforço de reconstrução do segundo pós-guerra europeu, parecia ser lido como "um espaço transitório, provisório e quase secundário em relação a um espaço exterior supervalorizado", como notam os pesquisadores Loïc Julienne e Jean-Pierre Mandon.¹¹

Archigram ajudou a acalantar sonhos de toda uma geração de arquitetos, saudosa das grandes utopias modernas. Sua visão por demais universalista, caricaturizando excessivamente as tendências da época, certamente contribuiu para o fracasso de sua tentativa de redefinição da habitação contemporânea. Sua voz, no entanto, foi ouvida além, no Japão, por um grupo de então jovens arquitetos que atraíram os olhares atentos de críticos do mundo todo ao se auto-denominarem Metabolistas, e assimilarem - na melhor tradição nipônica, diga-se - os pressupostos dos ingleses para a rediscussão da cidade japonesa. Das realizações do

grupo, o *Nakagin Capsule Tower*, construído em 1972, por Kisho Kurokawa, em Tóquio, parece ser a única a ter deixado uma descendência extensa, materializada nos singulares *Capsule Hotels*, espalhados por todo o país.

Nas últimas décadas, as propostas arquitetônicas que se querem inovadoras tem-se limitado, na maioria dos casos, ao uso de técnicas construtivas alternativas às usualmente encontradas no mercado formal da construção ou a novos desenhos de fachada, incorporando traços da moda, sem que, contudo, a função, o desenho e a articulação dos espaços de habitar sejam sequer questionados.

O Movimento Moderno, que tinha o habitar como ponto de partida e de sedimentação de sua reflexão, fez do habitat um arquétipo universal baseado em uma concepção biológica do indivíduo. A lógica do método empregado levava a uma padronização do conjunto dos espaços da vida social - edifício, bairro, cidade, território. É este arquétipo Moderno da 'habitação-para-todos', destinado a abrigar a família nuclear, mesclado, como no Brasil, com os princípios da repartição burguesa oitocentista parisiense, que vem sendo reproduzido *ad infinitum*, em todo o mundo de influência ocidental, durante todo o nosso século, com pequena variação local.

¹¹ Julienne, L., Mandon, J-P. *Du logement consolidé à d'autres habitats - une mutation qui tarde.* in *L'Architecture D'Aujourd'hui* n° 239, juin 1985. pp. 42-47.

No entanto, estudiosos de diferentes horizontes têm apontado na mesma direção quando o assunto é a metrópole do século 21: seu habitante parece ser um indivíduo que vive, principalmente, sozinho, que se agrupa eventualmente em formatos familiares diversos, que se comunica à distância com as redes às quais pertence, que trabalha em casa mas exige equipamentos públicos para o encontro com o outro, que busca sua identidade através do contacto com a informação.

○ que tem a dizer a Arquitetura diante deste quadro, se é que o tema Habitação já não lhe escapou de vez por entre os dedos para tornar-se atribuição de usuários que não possuem outra referência senão os modelos citados?

Segundo quais critérios serão formuladas novas propostas para o desenho deste espaço, componente privilegiado da massa urbana, cujo caráter de ponto de partida, de chegada ou de passagem de todos os fluxos que atravessam a sociedade torna-o um excelente mirante da vida social?

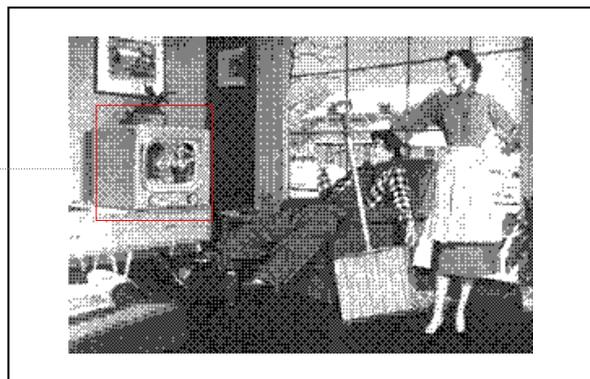
Visto em termos de mediação entre o grupo doméstico, o espaço social urbano e o espaço cósmico - onde transitam as informações mediatizadas -, a habitação contemporânea surge como um campo de pesquisas e de propostas largamente inexplorado, se considerarmos as importantes transformações

que atingiram cada um destes tres pólos a partir dos anos 50. Nenhuma proposta arquetípica poderia compreender, ao mesmo tempo, grupos domésticos distintos como a família nuclear tradicional, a família nuclear com forte autonomização de cada um de seus membros, as pessoas vivendo sós, a família monoparental, as uniões livres, a coabitação de indivíduos não ligados por laços conjugais nem de parentesco, etc - e esta lista é, certamente, longa e inexaustível - e todas as possibilidades de matizes e combinações de estilos de vida emergentes - o culto ao corpo, o tele-trabalho, o superequipamento do espaço doméstico, o celibato como opção, a viuvez em idade avançada, etc. A cada combinação de tais fatores corresponde um modo de vida diferente e, portanto, uma outra maneira de habitar.

Por outro lado, os estudos e pesquisas relativos ao assunto Habitação costumam centrar-se, no Brasil, em questões de natureza tecnológica - como o aprimoramento deste ou daquele material visando sua aplicação na construção da habitação, geralmente de interesse social -, ou então em questões relativas a políticas habitacionais governamentais visando a população de baixa renda, ou ainda em aspectos da história dos espaços de habitação no país. O próprio ensino do Projeto da Habitação, nos cursos de Arquitetura brasileiros, costuma exigir dos alunos competência para reproduzir os modelos existentes, e apenas muito

raramente procura despertar-lhes uma reflexão mais profunda sobre novos desenhos possíveis para estes espaços, em função de comportamentos emergentes.

Esperamos, assim, participar do preenchimento desta enorme lacuna identificada no campo do Projeto da Habitação, tanto buscando estimular a reflexão sobre as atuais tipologias de espaços domésticos, quanto procurando auxiliar proposições de critérios para repensá-las. Cremos que, a partir daí, novas tipologias poderão nascer, ou, como nas palavras de Julienne e Mandon, será mais possível a “implantação de um mercado livre das tipologias”, dentro do qual metodologias de diferentes colorações encontrarão lugar. ■



São Carlos, primavera de 1998